

DE VARGAS AOS MILITARES: O GOLPISMO COMO PRÁTICA POLÍTICA

Heiji Tanaka¹Tanaka, H. De Vargas aos Militares: O Golpismo como Prática Política, *Akrópolis*, 13(1):59-62, 2005

RESUMO: De 1930 a 1964, o país foi tomado por um ambiente político que traduzia as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira. A industrialização e a urbanização traziam consigo os anseios por mudanças e participação política das camadas populares gerando uma certa instabilidade e ansiedade para as classes dominantes. E em todo esse período, uma figura teve destaque singular: Getúlio Vargas e a corrente política que identificava os seus seguidores, os getulistas. O desfecho desse confronto culminou com o Golpe de 64 e a feroz ditadura que se implantou nos anos seguintes.

PALAVRAS-CHAVE: vargas; populismo; golpe de 1964; regime militar.

FROM VARGAS TO THE MILITARIES: THE BLOW AS A POLITICAL PRACTICE

Tanaka, H. From Vargas to the Militaries: The Blow as a Political Practice, *Akrópolis*, 13(1):59-62, 2005

ABSTRACT: From 1930 to 1964, the country was taken by a political environment which translated the changes that were happening in the Brazilian society. The industrialization and the urbanization brought the longing for changes and political popular participation creating a certain unstable situation and anxiety for the dominant classes. In this entire period, a figure was a singular highlight: Getulio Vargas and the political chain which identified its followers as “the Getulians”. The outcome of this confront was the “1964 Cout d’etat” and the ferocious dictatorship which was implanted in the following years.

KEY WORDS: vargas; populism; “1964 cout d’etat”; military regime.

Introdução

Uma democracia pressupõe a existência de instituições políticas razoavelmente sólidas e estáveis, capazes de suportar e canalizar os intensos conflitos, em suas mais variadas formas, que são típicos de uma sociedade aberta, dinâmica e plural. Sendo assim, a defesa dos interesses legítimos dos grupos e classes sociais deve ser colocada da maneira mais transparente possível, buscando o consenso necessário para a harmonização dos interesses divergentes e, muitas vezes, contrários entre si. A essência da democracia reside nessa capacidade de administrar os conflitos e conduzir as mudanças capazes de gerar uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, é preciso manter o respeito pelas instituições e pelas regras estipuladas previamente.

Num país como o Brasil, onde a tradição democrática não floresceu de forma vigorosa a não ser nos últimos vinte anos, a história política registra os casos mais escandalosos de uma sociedade que até tentou vislumbrar um caminho para a democracia sem, contudo, obter êxito em sua trajetória. Ao contrário, a nossa história está repleta de golpes e casuísmos que foram perpetrados em nome da democracia e da liberdade, mas que acabaram sufocando todos os movimentos de oposição e descambando para o autoritarismo da pior espécie. Sob esse aspecto, o período que media a subida de Vargas ao poder (1930) até o Golpe Militar (1964) é rico em demonstrar os costumes e hábitos políticos do Brasil, que se enraizaram de tal maneira que se fazem presentes até a atualidade.

A ascensão do getulismo

Isso não quer dizer que Vargas inaugurou o golpismo como prática política. Para sermos justos, se formos analisar a nossa história desde a Independência (1822), veremos que essa visão é anterior à ascensão do getulismo. Logo após a Independência, D. Pedro I mandou fechar a Assembléia Constituinte de tendência liberal que ia contra os seus desejos autoritários e outorgou a si mesmo a primeira Constituição do país. Em 1840, o seu filho, D. Pedro II de apenas 14 anos de idade, ascendeu ao trono através do golpe da maioria. A própria República veio através de um golpe militar que depôs o Imperador depois de quase meio século de reinado. Talvez, o único período relativamente estável na história republicana foi a I República, quando a política de compromisso dos grandes latifundiários garantiu uma certa continuidade do poder político. Todavia, se havia estabilidade nesse período, a idéia de democracia era simplesmente inexistente.

O que Vargas inaugurou foi um modo de fazer política caracterizado pelo uso sistemático da prática golpista. É certo que chegou ao poder através de um movimento armado que foi denominado, de forma bastante duvidosa, de revolucionário. Mas, a partir daí conseguiu permanecer no poder durante quinze anos ininterruptamente e sem passar por nenhum processo eleitoral que envolvesse diretamente a população. Governou quatro anos (1930-4) provisoriamente, através de decretos-leis. Enfrentou um movimento de oposição em São Paulo (1932) que pedia justamente uma nova Constituição para o país já que a de 1891 havia sido rasgada com o Movimento de 1930. Profundo conhecedor

¹ Docente do Curso de História da Unipar. Umuarama-PR. Endereço, Pça Mascarenhas de Moraes s/n, Umuarama-PR, 87502-210

do jogo político, Vargas fingiu ignorar a reivindicação da elite paulista alijada do poder por ele mesmo, mas convocou um Constituinte para o ano seguinte. Manipulou o quanto pôde a Assembléia através de seus fiéis aliados, conseguindo eleger-se presidente, de forma indireta, pela Constituinte que ele próprio havia convocado. Desse modo, foi eleito presidente por um período de quatro anos, governando agora constitucionalmente.

Aproveitando-se da agitação que tomava conta do país em meados da década de 30, Vargas atuou intensamente nos bastidores com vistas à sua permanência no poder, ao mesmo tempo que dava a entender que estava articulando a sua sucessão na eleição marcada para 1938. Publicamente, apoiava o escritor José Américo de Almeida, mas mantinha contato com os chefes militares preparando o terreno para uma eventual mudança do calendário político. Às vésperas do golpe do Estado Novo (10 de novembro de 1937), o candidato paulista à presidência, Armando de Salles Oliveira, discursava apelando para as Forças Armadas não darem sustentação ao golpe que Vargas pretendia dar na ordem institucional. Mas já era tarde: os comandos militares estavam fechados com Vargas devido ao medo do avanço comunista alegado pelos getulistas. O triunfo de Vargas deixava os seus adversários, mais uma vez, surpresos com a habilidade com que ele conduzia os destinos políticos da nação.

Em nome do anticomunismo e da segurança nacional, Vargas governou com mão de ferro até 1945. Nesse período, utilizou-se dos meios mais violentos para conter a oposição mais radical ao regime ditatorial, não medindo esforços principalmente contra os comunistas – fossem eles autênticos ou inventados. Era preciso dar sinais de que ele estava no comando e que o país vivia sob o signo da ordem e da estabilidade. Ao final da II Guerra, com a vitória dos Aliados, os ventos democratizantes começaram a soprar também no Brasil. Vargas sabia que o Estado Novo tornara-se politicamente insustentável. Permitiu uma lenta abertura, com a criação de novos partidos políticos e a instituição da liberdade de expressão que havia sido violentamente sufocada a partir de 37. Nem por isso deixou de estimular a campanha Queremista (“Queremos Getúlio”) que os seus aliados fizeram chegar até as camadas populares. Vargas acabou sendo afastado preventivamente do poder pelos mesmos generais que lhe deram suporte em todo período em que esteve no poder.

Vargas aceitou a nova situação de forma resignada, até porque sabia que as forças políticas criadas por ele iriam sobreviver. Ou seja, o getulismo havia se consolidado de tal maneira na vida política do país que a sua dinâmica não dependia mais diretamente da figura de seu líder. Isto porque, ao longo dos quinze anos em que esteve no poder, Vargas conduziu, com rara habilidade, a formação de uma corrente política que reunia os mais diversos setores da sociedade. Isso foi possível porque Vargas dava a impressão de governar acima dos interesses particulares e acima das classes sociais. Daí o apoio dos latifundiários, empresários, classe média urbana e, obviamente, dos trabalhadores. Até mesmo os cafeicultores paulistas apoiavam discretamente as iniciativas de Vargas, especialmente no tocante à queima dos estoques de café do governo como forma de manter os preços depois do colapso da Bolsa de Nova York em 1929. Por trás

de toda essa sustentação dos civis, Vargas sempre esteve amparado pelo aparato militar que avalizava, em última instância, os golpes e os casuísmos do regime. E foi assim que um político, elitista e autoritário, educado nos moldes do coronelismo mais rasteiro da I República, transformou-se no principal líder popular do século XX no Brasil, sendo chamado carinhosamente de “o pai dos pobres”.

Vargas e os getulistas compreenderam bem a emergência de um sistema político de massas que estava ocorrendo no país nos anos 40 e 50. Por isso, quando da democratização de 45, o getulismo manteve-se ancorado em duas frentes partidárias: o PSD, reunindo os latifundiários, antigos interventores conhecedores da máquina estadual e os empresários nacionalistas; e o PTB, que reunia as lideranças sindicais fiéis a Vargas, disputando o espaço político com o PCB de Luis Carlos Prestes. A novidade da República de 46, e que terá desdobramentos fundamentais, é que agora havia um agrupamento assumidamente anti-getulista e que se propunha a lutar com a mesma arma de seus adversários: a prática do golpismo. A UDN, apesar de elitista e esnobe, tornou-se a principal força cujo principal (se não único) objetivo era combater o getulismo em todas as frentes e através de todos os meios cabíveis.

Mesmo assim, o getulismo dominou o cenário político de 1946 a 1964. Praticamente todos os presidentes eleitos estavam ligados ao PSD ou ao PTB, sendo que o próprio Vargas foi eleito em 1950 na única vez que chegou ao poder máximo através do voto popular. Mas contava agora com a oposição virulenta de Carlos Lacerda – que se transformou no principal e mais barulhento porta-voz do anti-getulismo. Lacerda era proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, de onde lançava pesados ataques ao governo de Vargas que envolviam desde a corrupção de membros do governo até o nacionalismo econômico que garantia o apoio de amplos setores ao governo. Lacerda pregava abertamente um golpe para limpar o país do getulismo e modernizar as estruturas políticas do país. A crise que explodiu em agosto de 54 teve como estopim o atentado a Lacerda, que foi planejado pelo chefe da guarda pessoal do presidente. Os alardes da UDN juntamente com oficiais descontentes com os rumos tomados pelo getulismo precipitaram a crise, exigindo a renúncia do presidente. Ameaçado de deposição pelos militares que temiam um golpe por parte dos getulistas, Vargas optou pela saída trágica do suicídio, desarmando, ao menos temporariamente, os seus adversários e dando uma sobrevida inesperada aos seus seguidores.

O golpismo da direita

Lacerda era o típico representante da nascente burguesia liberal (no campo econômico) e ligada ao capital estrangeiro, acuada pelo domínio das forças do getulismo embasadas no nacional-desenvolvimentismo e no trabalhismo. A habilidade de Vargas em conduzir o processo político, contendo os movimentos sociais mais radicais, antes de tranquilizar os udenistas era fator de preocupação, pois criava as bases propícias para um eventual golpe. Lacerda seguia a mesma linha de raciocínio político, ao pregar abertamente o golpe contra essas forças que ele considerava arcaicas e motivo de atraso econômico do país. Na eleição de 55, quando JK, mais um político saído das fileiras do PSD, aparecia como franco

favorito, Lacerda disparou sua famosa frase: “esse senhor não deve ser eleito; se eleito não deve terminar o mandato”. A UDN (e Lacerda) só se tranquilizou com a eleição de Jânio Quadros em 1960, mas a alegria durou pouco. A renúncia de Jânio, mais uma atitude com cheiro de golpe, abriu a maior crise política da história do país.

Isto porque, o vice de Jânio era João Goulart, o principal líder do getulismo após 1954. O retorno de mais um getulista ao poder foi demais para os reacionários da UDN que, primeiro tentaram impedir a posse de Jango; depois passaram a pregar abertamente a sua deposição. Num governo marcado pela instabilidade e pelo avanço dos movimentos sociais, o governo de Jango assustava a direita e irritava a esquerda pelos mesmos motivos: um discurso empolgado a favor das mudanças e uma inércia na tomada de decisões. Cada vez mais cercado pela desconfiança, Jango foi se isolando politicamente, restando como aliado apenas o PTB liderado pelo não menos intempestivo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – o mais perfeito antípoda de Lacerda. Abandonado pelos setores mais importantes da sociedade, Jango passou a enfrentar a hostilidade aberta dos seus adversários. Ao invés de tentar recompor a sua base de apoio, refê-se dos radicais petebistas, Jango ameaçou com o confronto das Reformas de Base que, apesar de não conter nada de subversivo, colocadas naquele contexto soava como uma ameaça de golpe aos setores dominantes da sociedade.

Ao contrário de Vargas, que era capaz de compor com todos os setores da sociedade, Jango optou pelo discurso ideológico e teve que pagar um alto preço: na madrugada do dia 1º de abril de 1964, tropas militares se deslocavam para Brasília e Rio de Janeiro para depor o presidente. Aquilo que os setores mais conservadores tentaram em 54 se consumava dez anos depois: a deposição dos getulistas e uma nova fase na história política do país. Se em 54 houve a brecha da saída trágica de Vargas, em 64 a situação era bastante diferente. Jango era o retrato de um líder acuado, isolado tanto pela esquerda quanto pelo centro, e inábil para conduzir qualquer processo político que fosse. Mesmo as ameaças de confronto soavam como um blefe. E, de fato, no discurso da Central do Brasil, em março de 64, estava realmente estava blefando. Quando seus adversários perceberam a sua fraqueza, foram com maior voracidade em direção ao poder. O golpe, amplamente anunciado era, dessa vez, o desfecho trágico.

No processo de deposição de Jango, os militares haviam tomado a frente do movimento, deixando os civis em segundo plano – apesar da atuação destacada de Lacerda, então governador da Guanabara, Magalhães Pinto, governador de Minas, e Adhemar de Barros, governador de São Paulo. Primeiramente, os civis aceitaram de bom grado a supremacia dos militares nos acontecimentos de abril de 64. Gradativamente, porém, os civis perceberam que estavam condenados a ocupar esse espaço secundário durante muito tempo. Isto porque, os militares que depuseram Jango, deixaram bem claro que, ao contrário de outras ocasiões, dessa vez eles estavam dispostos a ocupar o poder diretamente, pois os civis davam mostras inequívocas de que eram incapazes de comandar politicamente o país sem gerar instabilidades e conflitos. Desse modo, era apropriado que eles (os militares) tomassem conta do comando do país – ao menos temporariamente. E é isso que irá ocorrer pelos próximos vinte anos.

Se o golpe havia sido bem sucedido, isso não afastava o medo de um golpe dentro do golpe por parte dos próprios militares. Unidos enquanto corporação, mas com profundas divisões internas, a pretensa unidade de comando das Forças Armadas era apenas aparência. Isso ficou evidente logo no início do regime com a divisão entre os castelistas (moderados) e a linha-dura (a favor de um fechamento imediato do regime) liderada pelo Marechal Costa e Silva. Se num primeiro momento houve a supremacia dos moderados, nos anos seguintes os radicais tomarão conta do governo, impondo uma ditadura marcada pela violência e ferocidade com que reprimia os seus opositores. Os civis até tentaram manter uma certa autonomia, mas isso serviu apenas para azedar ainda mais o humor (inexistente) entre a linha-dura que culminou com a assinatura do AI-5 em dezembro de 68. O AI-5 dava amplos poderes ao presidente, permitindo a cassação de opositores e a suspensão do *habeas-corpus* que institucionalizou as prisões ilegais e a tortura.

Mesmo alternando os generais que ocupavam a presidência, a evolução do regime reproduzia as rivalidades entre as duas correntes em seu interior. Depois de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici foram dois representantes da linha-dura e, por isso mesmo, o período de maior violência. É sintomático que com a morte de Costa e Silva em 1969, o vice-presidente, Pedro Aleixo, foi simplesmente impedido de assumir a presidência pelos ministros militares. Havia uma completa falta de confiança da cúpula das Forças Armadas em relação aos civis. Com Geisel, os moderados retomam o controle e tentam impor um rumo para o regime, mas com a ameaça golpista sempre presente – o que faz com que os casuismos sejam constantes. Todavia, Geisel conseguiu garantir uma transição no sentido de devolver o poder aos civis sem maiores traumas. Afinal, a opção para a abertura seria um retrocesso no sentido de estender um regime ditatorial nas mãos da linha dura. E candidato a ditador era o que não faltava no Brasil de então.

A própria elite civil, tão subserviente ao regime, compreendeu que ela poderia voltar ao poder político dentro de uma normalidade democrática, pois a tarefa dos militares havia sido completada: a depuração do regime, a contenção dos movimentos sociais, a ampliação das bases de acumulação capitalista e a estruturação de um sistema político sem muito espaço para as reivindicações das camadas populares. Cabia a ela levar adiante esse projeto de modernização conservadora e excludente, onde mais da metade da população sobrevive na linha de pobreza. Daí que, mesmo com a redemocratização, o modelo de modernização permanece inalterado na sua concepção de concentrar cada vez mais a renda e os privilégios nas mãos da classe dominante. O mais triste é que uma das poucas alternativas a esse conservadorismo tem sido o mais crasso populismo como são os casos do lendário Brizola e, especialmente, do folclórico Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro.

Conclusão

A elite brasileira, que teve que suportar um José Sarney ou Itamar Franco na presidência e que pensou ter encontrado o símbolo de modernidade em Collor de Mello, pode agir com tranquilidade no cenário político da atualidade, revestindo-se de social-democrata e até mesmo de popular-

trabalhista sem medo se assim for do seu interesse. Em 64, a elite civil pensou que poderia caminhar pelas próprias pernas pelas trilhas do golpismo. Um caminho que é sempre perigoso. Teve que esperar vinte anos para retornar ao poder. Mas, por tudo que os militares fizeram a ela, parece que valeu a pena. Para a nossa elite, o limite intransponível da democracia no país é a mudança que possa ameaçar os seus privilégios.

Referências

CARDOSO, F. H. **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em: 06/10/04

Received on: 06/10/04

Aceito em: 12/11/04

Accepted on: 12/11/04